

Por um Eu enegrecido: as encruzilhadas da saúde mental, capitalismo e racismo

For a blackened self: the crossroads of mental health, capitalism and racism

Por un yo ennegrecido: la encrucijada de la salud mental, el capitalismo y el racismo

DOI: 10.5281/zenodo.14448207

Recebido: 17 nov 2024

Aprovado: 03 dez 2024

Waldenilson Teixeira Ramos

Mestrando em Psicologia

Universidade Federal Fluminense

Endereço: (Niterói – Rio de Janeiro, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3485-0455>

E-mail: waldenilsonramos@id.uff.br

Richard Silva dos Santos

Graduando em Psicologia

Universidade Federal Fluminense

Endereço: (Niterói – Rio de Janeiro, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-1882-4736>

E-mail: silvarichard@id.uff.br

Fernando da Silva Mancebo

Graduando em Psicologia

Universidade Federal Fluminense

Endereço: (Niterói – Rio de Janeiro, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-2981-475X>

E-mail: fernandomancebo@id.uff.br

Luana Bringel Xavier Neves

Graduada em Psicologia

Universidade Federal Fluminense

Endereço: (Niterói - Rio de Janeiro - Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-8579-0525>

E-mail: lubringel@id.uff.br

Enzo Teixeira Soares Marinho

Graduando em Psicologia

Universidade Federal Fluminense

Endereço: (Niterói – Rio de Janeiro, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-6916-3000>

E-mail: enzotsm@id.uff.br

Isabela Schneider

Graduanda em Psicologia
Universidade Federal Fluminense
Endereço: (Niterói - Rio de Janeiro - Brasil)
Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-9200-1787>
E-mail: isabela_schneider@id.uff.br

Maria Luiza Ferreira do Nascimento Carvalho

Graduanda em Psicologia
Universidade Federal Fluminense
Endereço: (Niterói - Rio de Janeiro - Brasil)
Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-9332-0009>
E-mail: maluizacarvalho@id.uff.br

Raissa Ramos de Oliveira Theodoro

Graduanda em Psicologia
Universidade Federal Fluminense
Endereço: (Niterói - Rio de Janeiro - Brasil)
Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-8834-5024>
E-mail: raissa_amos@id.uff.br

RESUMO

Este trabalho investiga a construção da subjetividade negra no Brasil, articulando as contribuições de Neusa Santos Souza e outros autores para compreender as inter-relações entre racismo, colonialidade e capitalismo. Com base na premissa de que “não se nasce negro, torna-se negro”, são baseados nos impactos da branquitude enquanto normativo ideal que molda desejos e subjetividades, estruturando um sistema opressor que afeta tanto o corpo quanto a psique. Argumenta-se que o ideal do “Eu branco” é imposto às pessoas negras como uma meta identitária, perpetuando desigualdades simbólicas e materiais. Nesse contexto, o ato de “tornar-se negro” é apresentado como uma prática de resistência e afirmação identitária, englobando processos de descolonização do corpo e da palavra. Tal processo, central para a saúde mental, desafia os significados coloniais atribuídos à negritude, ao mesmo tempo que promove a construção de novos sentidos e espaços de autonomia. Além disso, o estudo aborda as interseções entre racismo e capitalismo, evidenciando como as tecnologias raciais sustentam a exploração econômica e reforçam as estruturas de dominação. Por meio de uma análise crítica da subjetividade negra, este trabalho destaca a urgência de práticas antirracistas no campo da Psicologia Social e nas instituições de formação. A ressignificação do termo “negro” e a apropriação do discurso sobre si são enfatizadas como estratégias para a transformação subjetiva e coletiva, promovendo uma visão afirmativa e empoderadora da negritude enquanto ato político e clínico.

Palavras-chave: Capitalismo, Saúde mental, Subjetividade negra, Colonialidade, Resistência.

ABSTRACT

This paper investigates the construction of black subjectivity in Brazil, using the contributions of Neusa Santos Souza and other authors to understand the interrelationships between racism, coloniality and capitalism. Based on the premise that “you're not born black, you become black”, they look at the impact of whiteness as a normative ideal that shapes desires and subjectivities, structuring an oppressive system that affects both the body and the psyche. It is argued that the ideal of the “white self” is imposed on black people as an identity goal, perpetuating symbolic and material inequalities. In this context, the act of “becoming black” is presented as a practice of resistance and identity affirmation, encompassing processes of decolonization of the body and the word. This process, central to mental health, challenges the colonial meanings attributed to blackness, while at the same time promoting the construction of new meanings and spaces of autonomy. In addition, the study addresses the intersections between racism and capitalism, highlighting how racial technologies sustain economic exploitation and reinforce structures of domination. Through a critical analysis of black subjectivity, this work highlights the urgency of anti-racist practices

in the field of social psychology and in training institutions. The re-signification of the term “black” and the appropriation of discourse about oneself are emphasized as strategies for subjective and collective transformation, promoting an affirmative and empowering vision of blackness as a political and clinical act.

Keywords: Capitalism, Mental health, Black subjectivity, Coloniality, Resistance.

RESUMEN

Este trabajo investiga la construcción de la subjetividad negra en Brasil, articulando las contribuciones de Neusa Santos Souza y otros autores para comprender las interrelaciones entre racismo, colonialidad y capitalismo. Partiendo de la premisa de que «no se nace negro, se llega a ser negro», se analiza el impacto de la blancura como ideal normativo que moldea deseos y subjetividades, estructurando un sistema opresivo que afecta tanto al cuerpo como a la psique. Se argumenta que el ideal del «yo blanco» se impone a los negros como meta identitaria, perpetuando las desigualdades simbólicas y materiales. En este contexto, el acto de «hacerse negro» se presenta como una práctica de resistencia y afirmación de la identidad, que abarca procesos de descolonización del cuerpo y de la palabra. Este proceso, central para la salud mental, desafía los significados coloniales atribuidos a la negritud, al tiempo que promueve la construcción de nuevos significados y espacios de autonomía. Además, el estudio aborda las intersecciones entre racismo y capitalismo, destacando cómo las tecnologías raciales sostienen la explotación económica y refuerzan las estructuras de dominación. A través de un análisis crítico de la subjetividad negra, este trabajo destaca la urgencia de prácticas antirracistas en el campo de la psicología social y en las instituciones de formación. La resignificación del término «negro» y la apropiación del discurso sobre sí mismo son enfatizadas como estrategias de transformación subjetiva y colectiva, promoviendo una visión afirmativa y empoderadora de la negritud como acto político y clínico.

Palabras clave: Racismo, Negritude, Psicología Social, Saúde Mental, Política.

1. INTRODUÇÃO

O sistema capitalista não se limita ao campo econômico; ele organiza a vida social cotidiana e inscreve dinâmicas específicas de subjetivação na contemporaneidade. Esse panorama exige um olhar crítico e ético sobre nossas práticas profissionais e militâncias. No contexto do capital, emergem tanto os efeitos da privatização do sofrimento quanto as novas formas de aprendizagem psíquica. Assim, torna-se necessário a construção de uma ética que desafie os discursos hegemônicos — individualistas, corporativistas e neoliberais — como base para uma postura radical em direção à transformação política e social.

Embora o modo de produção capitalista se concretize sobretudo na organização do mundo material, seus efeitos não se restringem a esse campo. Uma análise crítica revela que as engrenagens do sistema se operacionalizam por meio de tecnologias que afetam simultaneamente o corpo e a subjetividade. No contexto neoliberal, o capitalismo molda estilos de vida e modos de existência, promovendo uma privatização insidiosa da vida (Foucault, 2020).

Essa dinâmica, frequentemente associada a processos de adoecimento e assujeitamento, é especialmente agravada no Brasil, onde as desigualdades sociais, educacionais, econômicas e políticas são profundas. O sofrimento psíquico e mental é uma constante nesse contexto, particularmente para

populações negras e periféricas que enfrentam, além das desigualdades sistêmicas, os impactos do racismo estrutural e institucional.

Diante desse cenário, este capítulo propõe uma análise crítica das formas como o capitalismo se encarna na subjetividade contemporânea, instrumentalizando práticas profissionais e políticas nos âmbitos micropolítico e macropolítico. O texto se fundamenta nas transcrições do curso livre intitulado Diálogos Introdutórios à Clínica do Social: Transdisciplinaridades na Tríade Política, Arte e Clínica e diálogo com os desafios éticos e políticos de nossa contemporaneidade.

A reflexão sobre a subjetividade negra na psicanálise é central nesse debate, considerando o impacto do racismo no sofrimento psíquico e na saúde mental da população negra brasileira. Estudos como o de Tiemi (2023) indicam que pessoas negras enfrentam taxas mais elevadas de adoecimento mental e têm menor acesso a recursos de saúde adequados. A violência racial molda experiências cotidianas de forma profunda, manifestando-se tanto em agressões explícitas quanto em aspectos simbólicos, que funcionam como dispositivos de controle e exclusão. Esse contexto muitas vezes resulta em sintomas como ansiedade, depressão e baixa autoestima.

Este trabalho contribui para a psicologia ao ampliar a compreensão de práticas clínicas e teóricas comprometidas com a justiça social. Reconhecer a dimensão racial da subjetividade é essencial para a formulação de uma psicologia crítica e antirracista, que valorize as singularidades das vivências negras. A psicologia, enquanto ciência e prática, precisa abandonar a pretensão de neutralidade que, de fato, legitima estruturas opressoras e perpetua o sofrimento das populações marginalizadas.

Por meio da articulação com a obra Tornar-se Negro (Souza, 2021), este capítulo promove uma reflexão sobre a relação entre psicanálise e a experiência negra, destacando o racismo estrutural como uma força organizadora do inconsciente e da subjetividade. Uma análise interseccional entre capitalismo e subjetivação evidencia como o preconceito racial aliena indivíduos de suas pessoas, configurando-se como dispositivo de exclusão. A construção de uma sociedade mais justa requer a desconstrução de ideais hegemônicos que discriminam e isolam identidades não brancas, promovendo uma psicologia que afirma a pluralidade das vivências e amplia o acesso à saúde mental e ao pertencimento.

2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este trabalho utiliza uma abordagem qualitativa, ancorada nos fundamentos da Psicanálise, com ênfase em seu caráter sonoro e em constante diálogo com as questões contemporâneas. Devido à sua flexibilidade teórica e abertura à revisão crítica, a psicanálise fornece ferramentas essenciais para refletir sobre as aflições que atravessam o corpo social, especialmente aquelas vinculadas ao racismo estrutural.

Nesse contexto, a pesquisa busca investigar como o racismo se insere e perpetua-se na formação psíquica do sujeito negro, impactando tanto a subjetividade quanto a saúde mental.

O ponto de partida da análise é a leitura da obra *Tornar-se Negro*, de Neusa Santos Souza (2021). A obra integra relatos de pessoas negras em processo de ascensão social no Brasil e evidencia um traço nesses depoimentos comuns: a busca por um ideal inatingível — o ideal branco. Essa dinâmica, descrita por Souza, oferece subsídios para compreender o racismo não apenas como violência estrutural, mas também como uma força subjetivadora que molda identidades e subjetividades.

Para aprofundar a discussão, a pesquisa mobiliza encontros e debates fundamentados nos conceitos desenvolvidos por Souza, articulando-os com perspectivas críticas de autores como Rita von Hunty (2024), Judith Butler (2022) e Michel Foucault (2019). Esses autores fornecem uma base interdisciplinar para examinar o racismo como uma prática que precariza a saúde mental e exclui corpos negros, mas que pode ser tensionada e subvertida por meio de processos de resistência e afirmação identitária.

O trabalho propõe explorar o conceito de “tornar-se” como um movimento dinâmico que transcende a resistência, abrindo caminhos para a construção de novas identidades e formas de pertencimento. Ao mapear os efeitos do racismo estrutural na subjetividade, a pesquisa busca oferecer contribuições que dialogam tanto com a teoria quanto com a prática clínica. Esse esforço reafirma o compromisso ético e político de promover transformações sociais por meio de uma Psicologia crítica e antirracista.

3. PRELÚDIO À UMA METAPSICOLOGIA DO EU

3.1. Conceitos freudianos: O Ego Ideal e o Ideal do Ego

A perspectiva freudiana oferece contribuições significativas para a compreensão da formação psíquica, especialmente no que diz respeito à construção do ego (Freud, 2011). Dois conceitos centrais nessa discussão são o Ego Ideal (Ideal-Ich) e o Ideal do Ego (Ich-Ideal).

Desde os primeiros anos de vida, a criança é alvo de projeções idealizadas que moldam suas primeiras experiências psíquicas. Esses investimentos, fundamentalmente atribuídos pelos pais e pelo círculo familiar, incidem sobre a criança de modo que esta passa a vislumbrar uma unidade respondente a tais interpelações libidinais, o que originará o conceito de Ego Ideal, o qual, por sua vez, representará um modelo de perfeição que configura o sujeito como objeto de desejo.

Em contrapartida, o Ideal do Ego se estrutura como uma tentativa do sujeito de estabelecer uma identidade própria em relação às demandas externas do campo social. Localizado no plano simbólico, o Ideal do Ego corresponde à busca por um modelo interno que, no inconsciente, assegura ao sujeito o desejo e o reconhecimento do Outro no campo das normas morais e das convenções sociais. Ele atua como

mediador entre os desejos inconscientes e as imposições do grande Outro, as quais estarão fundamentalmente atreladas à dimensão cultural da sociedade onde se habita, configurando-se como um guia interno para o comportamento e para a identidade.

3.2. Capitalismo, Raça e Governamentalidade: A linguagem como tecnologia de poder

No contexto da formação do sujeito, a linguagem e a cultura desempenham papéis fundamentais na inscrição do psiquismo. O racismo, como elemento constitutivo da linguagem e da cultura, opera enquanto dispositivo de poder que afeta profundamente a constituição psíquica das pessoas negras. Assim, uma análise do ego não pode ser feita de forma isolada, mas deve considerar sua relação com o “grande Outro”, que representa as dimensões simbólicas e culturais essenciais na formação da subjetividade.

Nesse sentido, Neusa Santos Souza (2021) oferece uma análise sobre o impacto do racismo na constituição psíquica das pessoas negras, destacando como o sofrimento psíquico está entrelaçado com atravessamentos históricos, políticos e culturais. A autora enfatiza que as marcas da branquitude, impostas aos corpos negros, perpetuam desigualdades e inviabilizam a construção de identidades autônomas. Essas imposições atuam como tecnologias de poder que, ao operarem sobre a linguagem, limitam possibilidades de subjetivação e reforçam dinâmicas de exclusão, esvaziamento e sofrimento.

Nesse processo, uma branquitude emerge como um ideal socioeconômico, configurando formas de pertencimento e exclusão. O conceito de Ideal do Ego, analisado pela psicanálise, é especialmente útil para compreender como a branquitude se inscreve na subjetividade como um modelo inatingível para pessoas não brancas.

Neusa Santos Souza (2021) evidencia que, no contexto brasileiro, o Ideal de branquitude impõe-se sobre a subjetividade negra como uma meta identitária. Esses padrões ideais estabelecem padrões estéticos, comportamentais e econômicos que condicionam o que significa ser socialmente atraentes ou reconhecidos. Práticas como o clareamento da pele ou o alisamento dos cabelos não são meras manifestações estéticas, mas respostas subjetivas a um sistema que desvaloriza corpos negros enquanto exalta características associadas à branquitude.

A branquitude, enquanto padrão normativo, converte-se em um produto a ser consumido e imitado, reforçando a exclusão daqueles que não se enquadram nesses ideais. Inserido em um contexto linguístico e cultural predominantemente branco, o sujeito negro encontra-se em um lugar de exclusão, frequentemente incapaz de alinhar suas aspirações à realidade. Nesse cenário, delimitado pelo pacto da branquitude, a formação do "Ideal do Ego" em corpos negros é mediada pelo "desejo branco". Essa configuração reflete

uma pactuação estrutural e social que subalterniza corpos negros, restringindo suas possibilidades de existência e reconhecimento.

Neusa Santos Souza (2021), em sua obra seminal, denuncia os impactos do racismo na constituição da subjetividade negra e destaca a importância de retomar o discurso sobre si. A autora propõe o desenvolvimento de linhas de fuga que confrontam a lógica racista, permitindo a construção de novas possibilidades identitárias e subjetivas.

3.3. Capitalismo e Racismo: Um vínculo estrutural

O racismo e o capitalismo possuem uma relação de sustentação mútua, configurando-se estruturas como interdependentes (Hunty, 2024). Como sistema dominante, o capitalismo ultrapassa a esfera econômica, moldando subjetividades por meio de tecnologias de governo que disciplinam corpos e mentes (Foucault, 2019). Essas tecnologias organizam modos de existência alinhados às normas sociais, reforçando posições raciais e econômicas. Bem como, perpassam por processos sociais de produção, dominação e construção teórica.

A construção histórica e social da raça como ferramenta de controle e exploração fortalece o sistema capitalista ao subalternizar populações negras, situando-as em posições estruturalmente desvantajosas e de subalternidade. Neusa Santos Souza (2021) argumenta que o Ego Ideal das pessoas negras é moldado por estereótipos de branquitude, estabelecendo padrões inalcançáveis como critérios de limitações sociais. Esse processo, sustentado pelas dinâmicas do capitalismo, aprofunda as desigualdades e intensifica o sofrimento psíquico, funcionando como um dispositivo de alienação e exclusão.

3.4. Neoliberalismo: A Ética do Mercado e a Subjetivação Contemporânea

Ao explorar o conceito de neoliberalismo, Ian Neves (2022) identifica três elementos centrais que definem essa ideologia hegemônica: cortes em políticas públicas, privatização em suas diversas formas e desregulamentação do mercado. Esses pilares são sustentados por uma ética que remonta aos primeiros pensadores liberais, como Adam Smith, John Locke, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, David Ricardo, Voltaire, Montesquieu e Frédéric Bastiat.

Mais do que uma ideologia política, o neoliberalismo opera como uma ética de autorregulação, pregando a autonomia individual e a não intervenção estatal. Contudo, a partir da análise de David Harvey (2008), Neves (2022) ressalta que essa lógica é, na prática, um sistema de concentração de poder e riqueza, mascarado pela narrativa de liberdade econômica. Esse modelo não apenas reconfigura as relações sociais

e subjetivas, mas também consolida desigualdades estruturais, especialmente em contextos marcados por racismo e exclusão social. O David Harvey (2008) descreve um pouco mais como:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (p. 12).

Essa ética neoliberal revela uma contradição fundamental: embora promova a desregulamentação do mercado e da vida cotidiana, depende do poder estatal para garantir a proteção da propriedade privada. Na prática, o neoliberalismo celebra uma concepção de individualidade que se centraliza na lógica financeira, desconsiderando os efeitos da concentração de renda e poder.

Uma narrativa neoliberal, que sustenta que o enriquecimento das elites resultará em benefícios para as camadas sociais mais baixas, carece de respaldo material. Na realidade, o que se observa é o aprofundamento das desigualdades financeiras. A metáfora popular “o de cima sobe e o de baixo desce” (As Meninas, 1999) sintetiza essa dinâmica. Nesse contexto, a desregulamentação do trabalho e a suposta liberdade de mercado criam um ambiente em que a precarização das condições de vida é apresentada como uma medida necessária ao progresso social. Ainda, a dinâmica do neoliberalismo designa aos indivíduos uma prática de sujeitar-se a si mesmo, para ascender socialmente. De forma velada, o processo produz uma falsa narrativa que implica a um empresariamento de si visando uma certa ascensão social. Por outro lado, o que se observa é o maior enriquecimento daqueles que já são numulários e precarização da saúde mental daqueles que são cooptados por essa força discursiva.

4. REFLEXÕES ANALÍTICA SOBRE A VIDA E O CAPITALISMO

A lógica neoliberal transforma necessidades básicas em conveniências acessíveis apenas para quem pode pagar. Nesse sistema, enquanto os grupos sociais economicamente privilegiados acumulam riqueza e ampliam sua capacidade de consumo, as camadas mais vulneráveis enfrentam uma crescente precarização

de suas condições de vida. Quanto mais dificultado o acesso a direitos básicos, mais exploráveis e baratos tornam o tempo e o trabalho das populações fragilizadas.

Nesse cenário, o Estado, que poderia atuar para mitigar as desigualdades entre trabalhadores e empregadores, é frequentemente capturado por uma agenda política de flexibilização e desregulamentação do trabalho. Essa dinâmica reforça uma noção ilusória de liberdade econômica, que, na prática, intensifica a precarização e aprisiona a maioria da população em condições de vida degradantes.

Os discursos dominantes sugerem frequentemente que a subjetividade humana está dissociada das dinâmicas do sistema capitalista. No entanto, autores como Deleuze e Guattari (1996) denunciam essa separação como ilusória, afirmando que "tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica" (p. 90). Capitalismo e subjetividade são, portanto, forças profundamente interligadas.

Ao discutir o neoliberalismo, é essencial reconhecê-lo não apenas como um conjunto de características ideológicas ou materiais, mas como um dispositivo que atravessa todas as esferas da vida cotidiana, incluindo as dimensões psíquicas, sociais e culturais. A gestão econômica neoliberal também se traduz na produção de estilos de vida, configurando o que Foucault chamou de "estética da existência". Essa lógica transforma os indivíduos em "empreendedores de si mesmos" (Safatle, 2021), incorporando a racionalidade empresarial nos comportamentos mais cotidianos. Do consumo cultural às relações afetivas, prevalece um discurso de investimento e gerenciamento pessoal, que se estende até às emoções e ao sofrimento humano.

Expressões populares como "Pobre não tem tempo para chorar", "Levanta a cabeça, princesa, vamos trabalhar" ilustram a captura das subjetividades por essa lógica, diminuindo os indivíduos a máquinas de produtividade incessante. Safatle (2021) critica essa construção, denunciando-a como um processo de desumanização e aprisionamento, no qual o ser humano é esvaziado de suas dimensões mais sensíveis em nome de uma suposta eficiência e autonomia.

A proposta parte do princípio de que a macropolítica molar e a micropolítica molecular podem ser distinguidas no nível analítico, mas são sempre inseparáveis em seu acontecer. Assim, nosso foco não é a micropolítica em si, mas as articulações entre micro e macropolítica. Entendo que uma demonstração de seu uso tem uma fecundidade mais ampla que a formulação de uma definição fechada dos conceitos (Neto, 2015, p. 403).

A esfera macropolítica impacta diretamente na vida cotidiana, moldando as formas de desejo e subjetivação de maneira constante. Nesse contexto, tornam-se cruciais reflexões sobre como os corpos — com suas estéticas, modos de condução da vida e experiências singulares — são alinhados à lógica capitalista. Essa dinâmica evidencia a intervenção do capital nos aspectos mais íntimos da existência humana, subordinando desejos e comportamentos às engrenagens econômicas e sociais.

No que diz respeito aos papéis de gênero, o sistema capitalista demonstra dependência de uma organização patriarcal que perpetua normas estruturantes de produção e reprodução social. A monogamia, nesse cenário, surge como um dispositivo central para a manutenção dessas estruturas, atribuindo às mulheres o papel de cuidadoras e responsáveis pelo ambiente doméstico, enquanto aos homens é delegado o papel de provedores. Essa organização normativa sustenta o funcionamento da "máquina social" capitalista, garantindo a reprodução de relações de poder e disposições condicionantes.

Foucault (2020) problematiza os papéis de gênero ao destacar as potencialidades disruptivas dos amores não heterossexuais. Tais formas de relação apresentam um caráter inventivo que desafia as normativas tradicionais, desestabilizando a lógica que subordina o prazer à reprodução.

Quando o circuito de satisfação e prazer se desconecta da necessidade de gerar descendência, ocorre uma ruptura significativa com as engrenagens patriarcais e econômicas que sustentam o sistema capitalista. Esse rompimento não apenas questiona os papéis fixos atribuídos aos gêneros, mas também abre espaço para novas possibilidades de existência e organização social, que não se subordinam à lógica da reprodução e do consumo.

4.1. Macropolítica e Micropolítica: Subjetivação na Máquina Capitalista

O sistema capitalista não se limita às condições e determinações materiais e históricas. Embora amplamente estudado sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, o capitalismo também regula formas de sofrer, amar, pensar e estabelecer vínculos. Como bem aponta Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida (Marx, 1982a, p. 14).

Compreender as forças que condicionam a subjetividade no capitalismo exige uma análise que transcenda o material e entre na esfera do subjetivo. Michel Foucault oferece contribuições significativas ao deslocar o foco das materialidades e do inconsciente para as configurações singulares de sujeitos, objetos e significados nas relações de poder. Nesse contexto, o exercício genealógico revela-se essencial.

A genealogia do sujeito moderno, segundo Foucault, desdobra-se no exame de três dispositivos distintos: o disciplinar, que foca o corpo como alvo das estratégias de saber-poder, desenvolvendo uma microfísica do poder e uma anatomia política dos indivíduos; o dispositivo de segurança, que opera uma biopolítica das populações, compreendendo o ser humano como espécie; e o dispositivo da sexualidade, que emerge da problematização e intervenção sobre o sujeito, explorando

diferentes modos de subjetivação (Moraes, 2018).

Foucault se inspirou no projeto genealógico de Nietzsche, adotando os conceitos de “proveniência” (Herkunft) e “emergência” (Entstehung), ambos orientados à problematização da “origem miraculosa” (Wunderursprung) das coisas. A genealogia, nesse sentido, rejeita a busca por uma essência ou identidade originária e questiona os pressupostos metafísicos das investigações históricas tradicionais. A análise da proveniência destaca a articulação entre corpo e história, considerando que o corpo é o local onde os acontecimentos se inscrevem. Contudo, Foucault enfatiza a importância de revelar a heterogeneidade e a contingência dos eventos históricos, rejeitando explicações lineares e transparentes.

4.2 Biopolítica e Governamentalidade: O Corpo como Campo de Poder da raça

No curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2012) explora a biopolítica, conceito que descreve um deslocamento histórico no século XVIII, quando o poder deixa de focar exclusivamente no “homem-corpo” para se expandir ao “homem-espécie”. Nesse contexto, a população passa a ser compreendida como um conjunto de seres vivos com características biológicas e patológicas, cuja gestão passa a ser responsabilidade do Estado.

Foucault argumenta que o biopoder inaugura uma racionalidade de gestão da vida e da morte sem precedentes. Segundo ele, o Estado moderno apropria-se da biologia, estatizando a vida: “Um dos fundamentos do século XIX foi a tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo. Ocorreu uma espécie de estatização do biológico” (Foucault, 2012, p. 286). Diferente do poder soberano, centrado no monarca e em sua capacidade de dar ou tirar a vida, o biopoder é polimorfo, difuso e opera no cotidiano, domesticando corpos e transformando-os em “corpos dóceis”. Esses corpos, mais produtivos e menos inclinados à resistência, tornam-se essenciais à manutenção das engrenagens capitalistas.

A branquitude e o capitalismo mantêm uma relação de sustentação mútua, estruturando modos de existência que perpetuam desigualdades sociais e econômicas. Enquanto o capitalismo opera como um sistema econômico global que regula os meios de produção e consumo, a branquitude atua como um dispositivo simbólico e cultural, organizando posições raciais e atribuindo valores desiguais aos corpos e subjetividades.

No contexto histórico do colonialismo, que serve de fundamento ao capitalismo moderno, a branquitude é consolidada como norma universal, associada à racionalidade, ao progresso e à civilização. Essa construção simbólica não apenas legitimou a exploração de corpos não brancos, mas também moldou dinâmicas econômicas que subalternizam populações racializadas. Assim, a

branquitude transcende a dimensão cultural ou ideológica, sendo intrinsecamente entrelaçada às práticas econômicas capitalistas que se reproduzem em níveis globais.

No Brasil, a formação do Ideal do Ego nas populações negras é atravessada pela imposição de padrões de branquitude que funcionam como referências normativas. Esse processo condiciona o psiquismo negro, estabelecendo a branquitude como meta identitária e determinando quem merece ser desejado ou reconhecido (Souza, 2021). Desde a infância, as expectativas familiares reforçam características físicas e comportamentais associadas à branquitude, como o uso de produtos para alisar cabelos ou práticas de clareamento da pele. Essas estratégias não apenas moldam a subjetividade negra, mas também comprometem a integridade física e psicológica dos indivíduos.

A idealização da branquitude cria um conflito existencial constante para pessoas negras, cujo Ideal do Ego permanece dessalinizado com seus corpos. Essa dissonância torna-se particularmente evidente nas relações inter-raciais, onde traços de negritude são frequentemente negados ou desvalorizados. Esse processo gera angústia, mal-estar e, em muitos casos, isolamento subjetivo, perpetuando ciclos de insatisfação em relação à própria imagem.

Souza debate o sentido do Ideal do Ego na psicanálise e defende um rompimento com o Ideal branco como condição essencial para a identificação com o corpo negro. A autora argumenta que essa transição psíquica deve permitir ao sujeito negro assumir plenamente sua identidade, rompendo com práticas de anulação e extinção de sua singularidade. Esse processo inclui a valorização simbólica e psíquica de atributos como cabelo, cor de pele, nariz e modos de ser, estabelecendo um referencial possível que escape às moralidades impostas pela branquitude. Assim, o rompimento com esse padrão torna-se fundamental para a construção de uma subjetividade autônoma e emancipadora.

5. INTENCIONALIDADES: RAÇA E GÊNERO

No Brasil, o racismo e a violência de gênero destacam-se como dispositivos centrais na governamentalidade das subjetividades. Esses dispositivos não funcionam isoladamente; ao contrário, interseccionam-se, ampliando opressões e limitando possibilidades de liberdade identitária e política. Nesse contexto, consolida-se uma ideiação do “branco” como padrão universal, um espelho normativo que posiciona corpos negros em uma condição de constante subalternidade.

No campo da Psicologia Social, torna-se essencial desnaturalizar e confrontar essas estruturas. Um senso crítico bem fundamentado pode capacitar profissionais de saúde mental a aprimorar suas práticas clínicas, garantindo maior acessibilidade e justiça para corpos negros. Contudo, essa garantia não pode se restringir ao atendimento individual. É necessário alcançar instituições de formação e outros espaços

coletivos que, muitas vezes, perpetuam dinâmicas excludentes e racistas por estarem relacionadas às lógicas do capitalismo e do neoliberalismo. Para promover uma transformação significativa, essas instituições precisam ser reformuladas para incorporar uma Psicologia antirracista e inclusiva, capaz de desconstruir normativas opressoras e contribuir para a emancipação das subjetividades.

A compreensão da violência de gênero e do racismo como expressões da história colonial brasileira demanda uma análise interseccional reforçada por dados que evidenciam desigualdades estruturais. A abolição da escravização em 1888, embora simbólica, não eliminou as marcas profundas da violência estrutural contra a população negra. Dados recentes ilustram essas desigualdades:

- As mortes maternas entre mulheres negras são 77% superiores às das brancas (Siqueira et al., 2021).
- 62% das vítimas de feminicídio são negras, em contraste com 37,5% brancas (Moura, 2022).
- Mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas em comparação com mulheres brancas (Instituto Igarapé, 2021).
- Durante a pandemia, as mulheres negras na base do mercado de trabalho foram as mais afetadas, tanto pela mortalidade quanto pela precarização (Jornal da USP, 2021).
- Nos últimos dez anos, 90% das mulheres que tiveram mães solo no Brasil são negras (G1, 2023).

Esses dados refletem como as normativas de gênero e raça consolidam um Ego Ideal que subordina mulheres negras a estereótipos opressivos. Judith Butler (2022), em *Desfazendo Gênero*, argumenta que o gênero é uma performance social construída que impõe expectativas e estéticas comportamentais desde o nascimento. No caso das mulheres negras, essa performance é duplamente restritiva, pois incorpora as imposições tanto da branquitude quanto do patriarcado. Assim, o corpo negro enfrenta uma luta constante para ressignificar sua existência, enquanto carrega o peso simultâneo do racismo e das normas de gênero.

A música *Não Precisa Ser Amélia*, de Bia Ferreira (2019), exemplifica essa resistência. Uma artista denuncia a imposição de papéis subservientes às mulheres negras e reivindica a liberdade de existir fora das expectativas coloniais e machistas. Sua obra questiona os padrões sociais que protegem as mulheres negras dos objetos de exploração e subordinação, destacando a necessidade de transcender narrativas de invisibilidade e violência.

Para mulheres negras, uma performance de gênero transcende a luta contra a objetificação; é também uma resistência ativa às dinâmicas de desumanização historicamente impostas. Trata-se de

um processo criativo de construção de novas possibilidades identitárias, onde a liberdade de existir se configura como um ato político e emancipador. Nesse sentido, o enfrentamento às interseções entre racismo e gênero exige uma mobilização coletiva que desafia o imaginário colonial e as estruturas neoliberais que restringem os corpos negros e suas subjetividades.

5.1. Produção de Mundos Outros: A Resistência de Tornar-se Negro

O capitalismo se manifesta como uma forma capilarizada de poder que atravessa corpos, subjetividades e territórios. Contudo, como aponta Michel Foucault (1977) em *Introdução a uma vida não fascista*, resistir não implica em uma militância baseada no sacrifício ou na tristeza: “Não é necessário ser triste para ser militante, tampouco afirma que é preciso morrer para lutar.” A luta deve ter como horizonte a criação de novas formas de existência e resistência, construindo práticas ético-político-estéticas que desestabilizam como lógicas opressoras. Para evitar o contágio dos microfascismos — forças tristes que perpetuam a morte simbólica e social —, é fundamental engajar-se na construção de “mundos outros”. Esses mundos exigem ações que denunciem brutalidades e combatam as formas de opressão perpetuadas pelo capitalismo. Nesse processo, o corpo político e a pluralidade das populações devem ser centralizados, rejeitando lógicas de gestão que mercantilizam vidas e corpos.

As contribuições de Neusa Santos Souza destacam-se pela potência com que alinham o conceito de “tornar-se” ao protagonismo das subjetividades negras. Para Souza (2021), a raça deve ser entendida como uma estrutura do capitalismo, evidenciando a interface entre a constituição do Eu e o ideal colonizado que ela denomina “ideal do Eu branco”. A partir da psicanálise, Souza explora o processo simbólico que molda o sujeito e direciona seu desejo. Perguntas como “Quem preciso ser para efetivar o meu desejo, para me posicionar como sujeito de desejo?” e “Quem preciso ser para ser amado?” são moldadas por essa lógica. Para pessoas negras, a resposta predominante do sistema é: a branquitude.

É essencial considerar que o capitalismo não poderia existir sem a invenção da raça. As interfaces entre colonização e tecnologias raciais estão profundamente entrelaçadas, configurando a subjetividade como uma infraestrutura intra subjetiva. O racismo, nesse contexto, opera como uma especialização do capitalismo, naturalizando a exploração e a exclusão. Ainda que Neusa Santos Souza denuncie essa lógica opressora, ela também aponta para a possibilidade de resistência e transformação. A tomada de discurso sobre si e a inscrição de novos significados específicos caminhos para esvaziar os sentidos colonizadores e afirmar identidades emancipatórias.

Para Souza, “não se nasce negro, torna-se negro”. Esse processo implica disputar os sentidos das palavras e descolonizar os termos impostos pela colonialidade. Eufemismos como “mulata” ou “moreninha” ilustram tentativas de suavizar ou evitar a palavra “negro”, que permanece contendo significados construídos pelo discurso colonial. Identificar-se como preto ou preta frequentemente gera reações de desconforto, como: “Não, preto não, eu gosto tanto de você, moreninha.” Esse tipo de desrespeito reforça a opressão simbólica, utilizando o peso histórico da palavra “negro” para consolidar posições de subalternidade.

Disputar o sentido da palavra “negro” é, portanto, um ato de saúde mental e uma prática clínica no campo social. Esse processo de ressignificação envolve tomar a palavra para si e reconstruir seus significados, afirmando a negritude como espaço de criação e autonomia. Quando Souza afirma “Eu sou preto porque eu sou incrível!”, ela propõe uma mudança radical na perspectiva, transformando não apenas o significado da palavra, mas também as possibilidades de existir plenamente. Tornar-se negro, assim, é criar novos espaços de luta e novos significados.

Esse movimento também evoca o inconsciente, que protesta contra as opressões impostas pelo mundo colonial e capitalista. A transformação do sujeito negro transcende a racionalidade, mobilizando sentidos profundos que desconstróem e reconfiguram os alicerces da subjetividade. Para Souza (2021), o processo de Tornar-se Negro não é uma adaptação ao mundo racista, mas uma afirmação identitária e um posicionamento radical de resistência. Essa experiência ultrapassa a possibilidade de uma identidade imposta pela colonialidade, constituindo-se como um ato de autodefinição e de luta por uma realidade que transcende o racismo.

Tornar-se negro é, portanto, um processo ativo de reapropriação do sentido de ser, que envolve a descolonização da palavra e do próprio corpo. Esse movimento é essencial para a saúde mental e a afirmação identitária das pessoas negras. Souza define essa transformação como uma resposta clínica e social ao racismo, que transforma a negritude em um espaço de criação, autonomia e resistência. Retomar a palavra e ressignificar os sentidos coloniais permite que uma subjetividade negra transcenda a opressão, construindo uma nova realidade onde o ser negro é celebrado sob uma perspectiva afirmativa, empoderadora e libertadora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de Tornar-se Negro, segundo Neusa Santos Souza (2021), vai além de uma simples adaptação ao mundo racista; trata-se de uma afirmação identitária e de um posicionamento de resistência ativa. Para Souza, essa experiência transcende a identidade imposta pela colonialidade, configurando-se

como um ato de autodefinição que desafia estruturas racistas e reivindica uma realidade que ultrapassa as dinâmicas de opressão. A autora enfatiza que “não se nasce negro, torna-se negro”, destacando que esse processo é uma construção ativa, que envolve uma reapropriação do sentido de ser e a descolonização da palavra e do corpo.

Esse “tornar-se” é essencial para a saúde mental e a afirmação identitária das pessoas negras, configurando-se como uma resposta tanto clínica quanto social ao racismo. Ao transformar a negritude em um espaço de criação e autonomia, Souza demonstra como a subjetividade negra pode ressignificar os sentidos impostos pela colonialidade, rompendo com narrativas opressoras. Esse movimento promove uma subjetividade que transcende a opressão e busca construir uma nova realidade, na qual o indivíduo negro é visto sob uma perspectiva afirmativa, empoderadora e libertadora.

As formas de resistência situam-se em um espaço liminar entre a denúncia crítica do sistema opressor e a esperança na construção de novos horizontes. Essa é a essência do “tornar-se” e do “vir a ser”. Nas lutas anticapacitistas, antirracistas ou feministas, cada indivíduo pode inventar seu próprio caminho de luta e criação. Contudo, se os horizontes forem delimitados apenas pelas imposições das forças opressoras, sobreviver torna-se um desafio extenuante.

É nesse ponto que Conceição Evaristo (2014), em *Olhos d'Água*, oferece uma reflexão profunda sobre a resistência. Sua frase icônica, “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de sobreviver” (p. 99), cumpre uma dupla função: denunciar o sistema racista e o pacto da branquitude, enquanto afirma a força vital da resistência negra. Para Evaristo, a resistência está nesse espaço de tensão. Sua visão não é ingênua, nem romantiza a violência ou os territórios marcados pela exclusão, tampouco reduz esses espaços a destinos inevitáveis de morte.

O trabalho de Evaristo é, simultaneamente, material e subjetivo, o que ela denomina um “trabalho emocional”. Em sua escrita, ao relatar a experiência de ser negro no Brasil, Evaristo descreve a vivência como um processo de “sangria”. Paradoxalmente, é essa “sangria desatada” que impede o adoecimento. Sua escrita, precisa e incisiva, opera no campo emocional, oferecendo respiros e possibilidades de criação em meio à brutalidade.

As políticas e poéticas de Conceição Evaristo são um sopro de vida para corpos negros. Mesmo ao abordar territórios marcados pela violência, ela abre caminhos para a sobrevivência e a criação. Eventos como o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, simbolizam como a brutalidade racial, retirada do fôlego das pessoas, evidenciado na literal ausência de pulsação e respiração de um corpo sem vida (BBC, 2020). Essa imagem ecológica também em como as lutas militantes podem esgotar emocionalmente e adoecer aqueles que resistem, tornando a tristeza uma marca das batalhas diárias.

Por isso, é fundamental que nossas políticas de resistência e transmissibilidade não apenas denunciem a opressão, mas também transmitam respiração, vitalidade e axé. Nesse gesto reside o potencial de construir espaços de resistência, reafirmação e luta por horizontes emancipatórios. A resistência, portanto, não é apenas um ato de sobrevivência, mas uma celebração da vida, um protesto contra a opressão e uma reafirmação de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

AS MENINAS. **Xibom Bombom**. Álbum Xibom Bombom CD, 1999. Disponível em: <<https://open.spotify.com/intl-pt/track/3DRSpGsfEqlPVqPQ7YQiK3?autoplay=true>>. Último acesso em 13 de outubro de 2024.

BBC NEWS. **Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA**. Jornal On-line: G1 (Globo), 27 de maio de 2020. Disponível em: <<https://x.gd/rE39R>>. Último acesso em 17 de outubro de 2024.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Mil platôs - vol. 3: Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: editora 34, 1996.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

FERREIRA, Bia. **Não precisa ser Amélia**. YouTube, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kqy8SwZ7qsU>>. Último acesso em 09 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade do saber (Vol. 1): A vontade de saber**. ed: 11. São Paulo: Editora Paz & Terra. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Introdução à vida não-fascista**. Prefácio em: Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, pp. XI - XIV.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: Volume 1**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes. 2019.

FREUD, Sigmund. Freud (1923-1925) - **Obras completas volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUNTY, Rita Von. **Socialismo, raça e classe - ABC DO SOCIALISMO #09**. [Produção audiovisual [online], Canal no Youtube: Tempero Drag, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vub-NcOTjZc>>. Último acesso em 17 de novembro de 2024.

MARX, K. Introdução. In: _____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a. p.3-21.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. “**Genealogia - Michel Foucault**”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>>. Último acesso em 17 de novembro de 2024.

MOURA, Ana. **Violências, racismo e sexismo aprofundam o abismo social de negras brasileiras**. CNJ - Conselho Nacional de Justiça, 2022. Disponível em <<https://x.gd/00m7A>>. Último acesso em 17 de outubro de 2024.

Mulheres indígenas e negras têm 3 e 2 vezes mais chances de serem assassinadas em comparação às mulheres brancas. Instituto Igarapé, 10 de dezembro de 2021. Disponível em <<https://igarape.org.br/mulheres-indigenas-e-negras-tem-3-e-2-vezes-mais-chances-de-serem-assassinadas-em-comparacao-as-mulheres-brancas/>>. Último acesso em 17 de outubro de 2024.

NETO, João Leite Ferreira. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicologia USP**, 26(3), 397–406, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-656420140009>>. Último acesso em 15 de outubro de 2024.

NEVES, Ian. **Por que odiamos? Ep. 1: Margaret Thatcher**. Canal no YouTube: Ian Neves - História Pública on-line, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G4QZFJVT0Ng>>. Último em 13 de outubro de 2024.

No Brasil, mulheres negras têm maior mortalidade por covid que qualquer outro grupo na base do mercado de trabalho: desigualdades raciais e de gênero aumentam a mortalidade por covid-19, mesmo dentro da mesma ocupação. Jornal da USP, 28 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>>. Último acesso em 17 de outubro de 2024.

PAPP, Anna Carolina; LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. **Na mesma profissão, homem branco chega a ganhar mais que o dobro que mulher negra, diz estudo**. G1 [online], 15 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/15/na-mesma-profissao-homem-branco-chega-a-ganhar-mais-que-o-dobro-da-mulher-negra-diz-estudo.ghtml>>. Último acesso em 17 de outubro de 2024.

SAFATLE, Vladimir. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico (Finalista Jabuti 2022)**. 1. ed. Minas Gerais: Editora Autêntica, 2021.

SIQUEIRA, Lia Maria Manso; LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira; RIBEIRO, Ana Gabriela; SILVA, Débora do Espírito Santo da; SILVA, Fabiana da; LIMA, Monique; TAVARES, Júlia. **Dossiê mulheres negras e justiça reprodutiva: 2020 – 2021, ONG Criola, 2021**. Disponível em: <https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/10/DossieCriolaJusticaReprodutiva_compressed-1.pdf> Último acesso em 17 de outubro de 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em**

ascensão social. ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TIEMI, Raquel. Racismo estrutural limita o acesso da população negra aos serviços de saúde. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-estrutural-limita-o-acesso-da-populacao-negra-aos-servicos-de-saude/>>. Último acesso em 09 nov. 2024.